

ESTATÍSTICAS DO DOI-CODI

Pedro Estevam da Rocha Pomar
Editor da Revista Adusp

Um dos mais importantes órgãos repressivos da Ditadura Militar, o DOI-Codi do II Exército, produziu estatísticas confidenciais sobre presos políticos que revelam a ocorrência de 50 mortes sob custódia e a passagem por ali de mais de 6.700 pessoas suspeitas ou acusadas, em menos de cinco anos (setembro de 1970 a junho de 1975).

Exemplos como esse reforçam a necessidade de que sejam inteiramente abertos os arquivos do período ditatorial pertencentes às Forças Armadas, às Polícias, e até aos órgãos repressivos auxiliares criados em ministérios, empresas estatais e outras repartições públicas. Manter essa documentação em “sigilo eterno”, como faz o Governo Lula, fere a dignidade humana

As estatísticas confidenciais produzidas durante a Ditadura Militar pelo Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) do II Exército, sediado em São Paulo, permitem uma noção aproximada do que representaram, em número de pessoas atingidas em somente cinco anos, as ações diretamente repressivas dos órgãos policiais e militares encarregados de combater as organizações clandestinas de esquerda e os movimentos sociais, na área de uma das principais unidades do Exército brasileiro.

A localização, pelo autor deste artigo, de um documento denominado “Relatório Periódico de Informações 6/75”, ou RPI 6/75, do qual fazia parte um “Relatório de Estatística do DOI/CODI/II Ex” relativo ao mês de junho de 1975, levou à publicação de seu teor em reportagem de autoria do jornalista Mário Magalhães (*Folha de S. Paulo*, 17/10/2000, p. A4). Esses papéis encontram-se no acervo do extinto Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), atualmente sob guarda do Arquivo do Estado de São Paulo.

O relatório do DOI-Codi do II Exército deixa claro que até maio de 1975 foram *mortos sob custódia*, ou seja, assassinados enquanto estavam presos, nada menos do que 50 opositores do regime. Este é o dado mais impressionante do documento, pois admite, de modo cristalino, o que as autoridades mi-

litares sempre tentaram esconder: a morte, por tortura ou por simples execução, de ativistas de esquerda aprisionados e indefesos.

Por outro lado, o relatório também dá a medida do contingente afetado pela repressão na área de atuação do II Exército (estados de São Paulo e Mato Grosso), ao informar que até 30/6/1975 foram “presos pelo DOI-Codi” 2.355 cidadãos; foram “recebidos de outros órgãos” 821; “prestaram declarações e foram liberados” 3.399; “estiveram no DOI e não prestaram

O Centro de Comunicação Social do Exército falseou a realidade nas respostas que enviou à Folha, pois as estatísticas do DOI-Codi fazem parte de uma série e trazem a assinatura do comandante do II Exército

declarações” 136. Como as cifras parecem excluir-se mutuamente, pode-se concluir que, no período citado, pelo menos 6.711 pessoas passaram pelo órgão na condição de preso, de suspeito ou de depoente.

O relatório indica ainda a existência de intensa atividade do DOPS-SP, pois o DOI-Codi encaminhou àquele departamento nada menos do que 1.160 presos, dos quais 859 haviam sido capturados pelo próprio DOI-Codi e os res-

tantes 301 o foram por “outros órgãos”. É provável que a data de partida de toda essa contabilidade tenha sido o início da atuação do DOI-Codi em substituição à predecessora Operação Bandeirante (Oban), em setembro de 1970.

Questionado por Magalhães quanto aos dados contidos no relatório, o Centro de Comunicação Social do Exército (Cecomsex) insinuou, contra todas as evidências, tratar-se de documento de procedência duvidosa: “aparentemente é um documento fragmentário, isolado e, se autêntico, provindo de arquivo pessoal”. Sobre as mortes presumivelmente ocorridas nas dependências do DOI-Codi do II Exército, declarou ainda: “Aguarda-se que os historiadores, à luz do tempo e isentos de qualquer envolvimento, cumpram a missão de realizar as devidas apreciações na esfera de suas atividades, contribuindo para o inexorável julgamento da história” (*Folha*, 17/10/2000, p. A4).

Note-se que em 2004, quando, de forma desafiadora e ostensivamente alinhada à doutrina da Segurança Nacional vigente no regime militar, o Cecomsex emitiu nota pública sobre o aparecimento de fotografias que supostamente retratavam o jornalista Vladimir Herzog num cárcere do mesmo DOI-Codi do II Exército, gerou uma crise que provocou a queda do ministro da Defesa, José Viegas, mas sem que o comandante do Exército, general Francisco Albuquerque, perdesse seu posto.

O Cecomsex falseou a realidade nas respostas que enviou à *Folha* sobre o caso das macabras estatísticas do DOI-Codi do II Exército. O “Relatório de Estatística” de junho de 1975 não era o primeiro e talvez não tenha sido o último, fazendo parte de uma série histórica produzida pelo II Exército e enviada aos demais órgãos da “comunidade”, como o DOPS, o Cisa (Aeronáutica) e o Cenimar (Marinha).

O “Relatório de Estatística” de junho de 1975 pertence ao dossiê 50-Z-9-39702, f. 44, do Arquivo do Estado de São Paulo. No acervo do DOPS existem outros documentos dessa série, figurando neles, com clareza, tanto a inconfundível assinatura como as rubricas do general Ednardo D’Ávila Melo, então comandante do II Exército. Trata-se, obviamente, de material elaborado com o aval do responsável maior por aquela unidade militar, cujo gosto pelo combate aos inimigos do regime era notório.

Se recuarmos ao RPI 7/74 do II Exército, relativo ao período encerrado em 31/7/1974, encontraremos no respectivo “Relatório de Estatística” os seguintes números: “Presos pelo DOI/CODI/II Ex”, 2004; “mortos”, 47; “recebidos de outros órgãos”, 773, dos quais 3 “mortos”. Já o RPI 9/74 do II Exército traz no respectivo “Relatório de Estatística” os totais relativos ao “movimento” (sic) registrado no DOI-Codi da unidade até 30/9/1974. “Presos pelo DOI” eram então 2.072, dos quais 47 “mortos”; “recebidos de outros órgãos” foram 785, dos quais 3 “mortos”. Dados cronologicamente consistentes, quando comparados

Continuação do R P I Nº 09/74, do II Exército) Fis 40

- RELATÓRIO DE ESTATÍSTICA DO DOI/CODI/II EX -

- MÊS DE SETEMBRO DE 1974 -

DISCRIMINAÇÃO	- MOVIMENTO -		
	ATÉ 31 AGO 74	MÊS DE SET/ 74	TOTAL ATÉ 30 SET 74
a) Presos pelo DOI	2022	50	2072
- encaminhados ao DOPS	760	2	762
- encaminhados a outros órgãos	177	5	182
- liberados	1036	39	1075
- mortos	47	-	47
- evadiram-se	1	-	1
b) Recebidos de outros órgãos	782	3	785
- encaminhados ao DOPS	290	1	291
- encaminhados a outros órgãos	293	1	294
- liberados	192	2	194
- evadiram-se	2	-	2
- mortos	3	-	3
c) Elementos que prestaram declarações e foram liberados	3183	20	3203
d) Elementos que estiveram no DOI e não prestaram declarações	136	-	136

- CONFIDENCIAL -

ao documento de junho de 1975, incluído no RPI 6/75. Apenas o número de “mortos” mantém-se constante desde o RPI 7/74, havendo um crescimento dos demais.

Os RPI forneciam uma análise de conjuntura do período e informações diversas sobre a contestação ao regime militar. O RPI 7/74, por exemplo, faz menção à atividade do

movimento estudantil na USP, que prosseguia apesar da forte repressão. No item “Propaganda subversiva”, subitem “Jornais comunistas, panfletos, livros e outros meios de divulgação”, relata-se o fato de haver circulado “no campus da USP o jornal *A Ponte* nº 29, o qual foi editado desta vez por quatro agremiações estudantis: Centro Paulista de Estudos

Maio 2005

RELATÓRIO DE ESTATÍSTICA DO DOI/CODI/II EX - MÊS DE JUN 75

DISCRIMINAÇÃO	MOVIMENTO		
	ATÉ 31 MAI 75	MÊS DE JUN/75	TOTAL DE 30 JUN 75
a) Presos pelo DOI	2317	38	2355
- encaminhados ao DOPS/SP	843	16	859
- encaminhados a outros órgãos	192	-	192
- liberados	1230	24	1254
- mortos	47	-	47
- evadiram-se	1	-	1
b) Recebidos de outros órgãos	817	4	821
- encaminhados ao DOPS/SP	301	-	301
- encaminhados a outros órgãos	298	-	298
- liberados	213	1	214
- evadiram-se	2	-	2
- mortos	3	-	3
c) Elementos que prestaram declarações e foram liberados	3387	12	3399
d) Elementos que estiveram no DOI e não prestaram declarações	136	-	136

Os mesmos relatórios que traziam a contabilidade de presos e mortos da repressão comentavam também as atividades ditas “subversivas” de diversos centros acadêmicos da USP

Geológicos- Cepege, do Instituto de Geociências; Centro de Estudos de Física e Matemática- Cefisma, do Instituto de Física e do Instituto de Matemática e Estatística; Centro

Acadêmico Oswaldo Cruz- Caoc, da Faculdade de Medicina; e Centro Acadêmico ‘Visconde de Cairu’, da Faculdade de Economia e Administração”. O jornal trouxe na capa

referência “ao convite que o MDB enviou aos Centros Acadêmicos da USP para participação no Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (Iepes), recentemente criado”.

Os RPI e seus anexos estatísticos juntam-se a documentos já publicados (por exemplo, na *Revista Adusp* 33) que atestam não só a hipertrofia do aparato repressivo ditatorial — porque ele ia muito além dos contingentes militares especializados, relativamente pequenos, diretamente envolvidos em ações armadas, capturas e prática de torturas — mas igualmente a grande quantidade de vítimas do regime, que compreende desde os que perderam a vida até os que sobreviveram mas foram torturados, mutilados, presos e condenados, ou perseguidos e humilhados, ou “simplesmente” perderam seus empregos, bens e direitos.

Exemplos como esse reforçam a necessidade de que sejam inteiramente abertos os arquivos do período ditatorial pertencentes às Forças Armadas, às Polícias, e até aos órgãos repressivos auxiliares criados em ministérios, empresas estatais e outras repartições públicas. A manutenção, pelo Governo Lula, do sigilo dessa documentação fere a dignidade humana, é uma violência contra os que tombaram na luta contra a Ditadura Militar ou foram por ela atingidos de algum modo. E, mais do que isso, a preservação do sigilo beneficia a mentalidade visceralmente antidemocrática de certos núcleos de oficiais de alta patente ligados, política e ideologicamente, aos remanescentes do regime militar.

DESARQUIVANDO O BRASIL

Fotos: Daniel Garcia

Exigir do governo Lula a abertura dos arquivos da Ditadura Militar e o reconhecimento das atrocidades cometidas contra os presos políticos: foi esta a motivação de debates realizados na PUC-SP em 28/4/05, que reuniram professores universitários, pesquisadores e ex-presos políticos, sob o título “Desarquivando o Brasil”.



Em debate na PUC, Ceici Kameyama, Ângela Mendes de Almeida, Marta Nehring, Janaína Teles, Vera Vieira

Até agora, a posição do Governo Lula vem contrariando as expectativas históricas das entidades que lutam pela reparação dos crimes cometidos pelo regime militar. Após negar-se a abrir os arquivos da Guerrilha do Araguaia, contrariando reiteradas decisões judiciais, Lula submeteu ao Congresso e conseguiu a aprovação, em 13/4/05, da Medida Provisória 228/04, que instituiu o “sigilo eterno” de certos documentos

A publicação pela *Folha de S. Paulo*, no dia 1º/5/05, de um con-

junto de reportagens com contundentes declarações de ex-soldados do Exército, que confirmam e fazem novas revelações sobre a prática sistemática de torturas e execuções pelas tropas envolvidas no combate à Guerrilha do Araguaia, citando inclusive a participação, nesses fatos, de oficiais de alta patente (generais Hugo Abreu e Ferraz da Rocha, ambos falecidos nos anos 90), levou grupos Tortura Nunca Mais de quatro Estados (SP, RJ, PR e BA) e outras entidades a manifestar-se em nota

conjunta, pedindo a abertura total e imediata dos arquivos da Ditadura e a punição dos “criminosos que agiam em nome do Estado”.

A seguir, a nota emitida pelas entidades:

Os Grupos Tortura Nunca Mais de São Paulo, do Rio de Janeiro, do Paraná e da Bahia, o Centro Santo Dias de Direitos Humanos, o Movimento Nacional de Direitos Humanos e os cidadãos que lutam pelo respeito aos Direitos Huma-



Em debate na PUC, Criméia de Almeida, Jacob Gorender, Mauricio Broinizi, Hélio Bicudo, Marcelo Ridenti, Marlon Weichert



Aspecto do debate realizado no Tucarena

nos, chocados diante das descrições de torturas e violações desumanas, feitas com detalhes, por antigos recrutas do Exército que atuaram na repressão ao movimento de resistência no Araguaia nos anos 70, publicadas na Folha de S. Paulo de hoje, vêm a público informar que:

- *a tortura é crime de lesa-humanidade — portanto, imprescritível e inafiançável.*

- *a matéria prova que a Ditadura Militar brasileira de 1964 a 1985*

praticou as piores crueldades e perversidades usando a tortura como método e sistema de sustentação política.

- *essa é mais uma das razões para que se abram os arquivos militares total e imediatamente, para que tenhamos direito à verdade dos fatos sobre a história do Brasil e para que os familiares dos torturados, mortos e desaparecidos, vítimas dos criminosos que agiam em nome do Estado, possam cobrar dignidade e Justiça.*

- *essas provas publicadas pelo jornal devem ser encaminhadas inclusive aos tribunais internacionais de Direitos Humanos, já que os torturadores continuam impunes.*

- *não se pode comparar a heróica ação militar brasileira na Europa contra o nazi-fascismo, durante a Segunda Guerra Mundial, com a abominável repressão militar brasileira no Araguaia ou em qualquer outra parte do Brasil.*

São Paulo, 1º de maio de 2005.